

Política

CONSTITUINTE

Aprovada a criação de varas agrárias com "juizes itinerantes"

por Euclides Torres de Brasília

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem de manhã proposição apresentada pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE) criando varas agrárias, de âmbito estadual, para prevenir e dirimir conflitos fundiários. Os tribunais de Justiça dos estados criarão entrâncias especiais para as varas agrárias, podendo os juizes deslocar-se até os locais de conflitos, sempre que necessário, funcionando, como "juizes itinerantes".



Roberto Freire

son Jobim (PMDB-RS), que pretendia suprimir da justiça trabalhista os juizes classistas, alegando que são representações corporativistas. Essa proposição foi rejeitada por 58 votos, 1 abstenção e 17 votos favoráveis.

Foi mantido o artigo 144 que cria o Conselho Nacional de Justiça, cuja composição, pelo texto do substitutivo, será feita com membros indicados pelo Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esse tema deverá concentrar atenção especial dos membros da Comissão de Sistematização na sessão da manhã de hoje, pois estão previstas três proposições, uma de Mauricio Correia (PDT-DF), outra de José Maria Eymael (PDC-SP) e uma terceira do deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP). A emenda do constituinte petista atribui ao Poder Legislativo a fiscalização do Conselho Nacional de Justiça, através de audiências públicas para controle administrativo, financeiro e de desempenho da atividade judiciária geral.

Segundo o deputado Roberto Freire, a implantação das varas agrárias nos estados dependerá da atuação dos sindicatos para sua agilização, logo em seguida que o novo texto constitucional seja aprovado. Assim, as questões de posse de terra, hoje resolvidas nas varas civis, terão foro próprio, devendo apressar o andamento dos processos, conforme esperam e prevêm os constituintes que aprovaram a emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Também foi aprovado ontem o aumento no número dos membros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), possibilitando a formação de cinco turmas, em vez das três atuais. O autor da emenda, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), disse que este era um pleito dos trabalhadores, empregadores, advogados e do próprio TST. "A medida visa reduzir ou mesmo resolver o congestionamento crônico no TST", disse o deputado. Quando a Constituinte aprovar essa emenda ao substitutivo, o TST passará a ter 27 membros (atualmente tem 17), ficando fora das turmas o presidente e o corregedor. Essa emenda foi aprovada com 75 votos e 3 contrários.

O plenário da Comissão de Sistematização rejeitou emenda do deputado Nelson

Ulysses acelera o ritmo em resposta à ofensiva do "Centrão"

por Andrew Greenlees de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, oficializou ontem nova modificação no funcionamento da Comissão de Sistematização. A partir de agora, os 93 membros passarão a votar o projeto do relator Bernardo Cabral em duas sessões diárias, de segunda-feira a domingo. Pelas previsões de Ulysses, esse calendário permitirá a conclusão dos trabalhos da Sistematização no dia 16 ou, no máximo, 17 de novembro. O passo seguinte será enviar ao plenário da Constituinte — da qual participam todos os 559 deputados e senadores — o texto aprovado pela Comissão.

A decisão de Ulysses veio em resposta à articulação do bloco conservador, que vem seguindo duas linhas básicas: em primeiro lugar, trata de colher assinaturas para uma proposta de modificação do regime interno da Constituinte, permitindo a apresentação de emendas alternativas aos títulos e capítulos aprovados pela Sistematização. Ao mesmo tempo, argumentam que não se pode enviar a plenário partes aprovadas do projeto, como pretendia fazer Ulysses com os três primeiros capítulos do substitutivo de Cabral.

Estrala segunda questão, Ulysses resolveu ontem mesmo, ao adiar o início da votação no plenário e acelerar o processo na Sistematização. Os 559 constituintes analisarão, dessa forma, o projeto inteiro. Ulysses chegou a se irritar quando tocou na possibilidade avertida por alguns

"Governo não interfere"

por Edson Beú de Brasília

"Este movimento foi germinado espontaneamente na Constituinte. Não houve nem há nenhuma interferência do governo nisso", afirmou, ontem, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, referindo-se à iniciativa de um grupo de parlamentares que pretende mudar o regimento interno da Constituinte, para viabilizar a apresentação de um projeto substitutivo ao relator Bernardo Cabral, prevendo a implantação do parlamentarismo no País. Mas o ministro salientou que, na luta pela manutenção do presidencialismo, "todas as adesões serão bem vistas pelo governo".

O chefe do Gabinete Civil negou categoricamente que o presidente da República já tenha até encomendado ao consultor-geral, Saulo Ramos,

a elaboração de um projeto substitutivo, para derrubar a proposta parlamentarista. "Isso é fruto da imaginação", ironizou.

Um governo, segundo o ministro, não considera a luta pelo presidencialismo como uma causa perdida. Tampouco rejeita a ideia de uma mudança de rota nos trabalhos da Constituinte, fazendo a seguinte ilação: "Há mais de 30 mil emendas na Constituinte com a possibilidade de serem feitas inúmeras constituições".

Ronaldo Costa Couto entende que, ao ser aprovada na Comissão de Sistematização, a proposta parlamentarista apenas ganhou a "pole position" no plenário da Constituinte. Mas, aí, disse que o governo conta com a maioria para reprová-la. "A cara da Comissão de Sistematização é uma e a cara do plenário é outra", afirma.

membros do bloco conservador de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, caso a Sistematização e o plenário funcionassem simultaneamente. "Repelir esta interpretação atentatória à soberania da Constituinte", disse Ulysses. Ele classificou a ideia de "pseudo-ameaça, que qualquer juiz de roça julgaria inepta porque não tem qualquer fomento jurídico".

A movimentação do presidente da Constituinte, porém, não interrompeu a coleta de assinaturas. O deputado Daso Coimbra

(PMDB-RJ) garantia ontem, ao final da tarde, já ter as 280 assinaturas necessárias para a maioria absoluta. O grupo preferiu não divulgar a lista, segundo o deputado, até o momento em que se chegar a "mais de trezentas". A decisão dos conservadores foi tomada depois que alguns parlamentares que haviam assinado, como três membros do PDT e o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), retiraram seu apoio. Temendo novas desistências, os articuladores do bloco querem atingir "uma maioria folgada".

"Derrota do sistema parlamentar resultará em mandato de quatro anos"

por Cecílio Pires de Brasília

As lideranças do PMDB já começam a admitir, nos bastidores, que a vitória do parlamentarismo na Comissão de Sistematização pode converter-se numa vitória de Pirro se os presidencialistas constituírem maioria no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Essa hipótese começa a ser avaliada a partir de uma estratégia para converter os votos dos parlamentaristas, nas votações das disposições transitórias, em favor do regime presidencialista para Sarney, com quatro anos de mandato.

A tese de quatro anos para o presidente Sarney pode ser fortalecida ainda por duas circunstâncias. A primeira é o encurtamento do prazo de trinta para cerca de dez dias, conseqüente do novo calendário dos trabalhos da Comissão de Sistematização, para o início das votações sobre as disposições transitórias. O prazo de trinta dias aumentava as chances de os parlamentaristas conseguirem negociar com o Palácio do Planalto dentro da tese de um sistema parlamentarista ainda no governo Sarney, com cinco anos de mandato, o que aumentaria as chances dessa tese

no plenário. Agora essas chances se reduzem. A segunda circunstância é a possibilidade, avertida por políticos do círculo íntimo de Sarney, de o presidente vir a remeter ao Congresso uma emenda propondo eleições gerais no ano que vem, inclusive para deputados e senadores. Isso, na avaliação de uma liderança do PMDB, poderia acirrar os ânimos dos constituintes, aumentando a corrente pró eleições presidenciais no ano que vem.

O senador José Richa (PMDB-PR), um dos parlamentares que coordenaram o grupo parlamentarista suprapartidário na Constituinte, admite que, se o presidencialismo vencer no plenário, é praticamente certo que seja aprovado um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Richa não admite, no entanto, votar no presidencialismo como estratégia para somar mais votos para o mandato de quatro anos.

Richa não descarta ainda a possibilidade de obter um acordo com o governo nestes dez dias que antecedem a votação das disposições transitórias. Por isso, ele conversa com outras lideranças para trazer o presidente Sarney para o parlamentarismo.

Fim das divergências

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, acredita que é preciso "ajudar o presidente da República", encaminhando a solução dos problemas nacionais e "pressionar nesse sentido".

O governador afirmou, segundo a EBN, que "agora nós temos de resolver os problemas políticos rapidamente, na Constituinte, assim como as questões que provocam divergências entre os partidos políticos e relativos ao presidente da República. Vamos discutir

a política, que é importante, mas, sobretudo, vamos resolver logo as desavenças e escrever logo esta Constituição. Para que possamos, efetivamente, fazer com que este País seja a grande nação dos nossos sonhos, onde o povo viva melhor, tranquilo e seguro. Devemos deixar de muito debate, muita divergência e resolver logo a questão constitucional, escrever logo a Constituição, para cuidar da administração, da dívida externa e das questões nacionais".

Novo senador critica a Comissão

por Zanoni Antunes de Brasília

Ao assumir a vaga do senador Hugo Napoleão — dirigindo o Ministério da Educação desde a semana passada —, o seu suplente Alvaro Pacheco (PFL-PI), amigo pessoal do presidente José Sarney, fez um pronunciamento contendo severas críticas ao funcionamento da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. O primeiro discurso do senador Alvaro Pacheco, no entanto, causou mal-estar no plenário.

"Não posso, em absoluto, aceitar o seu pronunciamento que procura denegrir a Comissão de Sistematização e a Assembleia Nacional Constituinte", reagiu, indignado, o senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Diante de um plenário perplexo, vários senadores revezaram-se ao microfone para condenar o pronunciamento.

O discurso de Alvaro Pacheco ocorreu momentos depois do compromisso solene de posse. Após reiterar a amizade e admiração pelo presidente José Sarney, o senador iniciou a sua carga contra a Comissão de Sistematização que, na sua opinião, assumiu sozinho todo o privilégio de elaborar o projeto da nova Constituição, marginalizando os demais constituintes, classificados por Pacheco de "constituintes de segunda classe".

"Parece-me, neste momento em que inicio minha

atividade parlamentar, que não poderemos ter, na Assembleia Nacional Constituinte, os que podem tudo e os que podem apenas observar, os que podem decidir e os que só podem aprovar ou abster-se", disse o senador pelo Estado do Piauí.

As reações ao pronunciamento de Pacheco vieram de todos os partidos. O senador Chagas Rodrigues, do PMDB do Piauí, antes de condenar o discurso, recordou que há uma Assembleia Constituinte com poder originário, e não derivado, com poderes para elaborar uma Constituição "e não para atender aqui às recomendações e aos ensinamentos dos áulicos". Chagas Rodrigues, dirigindo-se a Alvaro Pacheco, disse que lamentava ainda o fato de o novo senador nunca ter disputado nenhum cargo eletivo, nem de vereador.

"Ele chega a esta Casa entristecendo-nos, defendendo teses jurídicas que nem os rábulas defendem e quando o fazem é apenas para agrandar os donos do poder", enfatizou Chagas Rodrigues. Em nome do PDS, o senador Virgílio Távara também estranhou as declarações do senador que acabava de tomar posse. O mesmo fez o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) com relação à fala do senador Alvaro Pacheco.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse que não gostaria de responder ao discurso "no dia de ingresso

de um senador", mas que ele (Alvaro Pacheco) poderia ficar certo que receberá uma resposta:

"Darei a resposta, e só não o faço hoje porque, apesar de tudo, para mim a

política tem regras de cortesia e se v. ex.a não teve para conosco a cortesia de nos poupar de ouvir o que nós ouvimos, eu a terei para com v. ex.a", concluiu o líder do PMDB.

Empresários protestam contra estabilidade

por Antonio Gutierrez de São Paulo

Cerca de 3 mil entidades empresariais de todo o Brasil foram convocadas para protestar, no próximo dia 10, contra a estabilidade de emprego. Esta mobilização, denominada "Dia Nacional contra a Estabilidade", está sendo orquestrada pelos coordenadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). O objetivo é pressionar os constituintes para que revejam, no plenário, a decisão da Comissão de Sistematização que garante a estabilidade aos trabalhadores.

O PNBE deve anunciar hoje os detalhes dessa mobilização. O diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/Zona Sul), Joseph Michael Couri, adiantou que cada entidade deve escolher "a melhor forma de refletir sobre a estabilidade". "Cada presidente de sindicato e associação fará uma reunião com as bases para colher uma posição sobre o assunto", disse.

Não está previsto, portanto, um encontro único que centralize as discussões. O CIESP/Zona Sul já programou, para o dia 10, um debate entre os presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros, e da Associação Brasileira de Fundição (Abifa), Paulo Roberto Butori. "Será um encontro aberto aos embaixadores e à imprensa", afirmou Couri.

TRIBUTOS O PNBE deve divulgar hoje o resultado de um questionário — com quarenta perguntas — respondido pelos empresários que participaram de um encontro com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, no último dia 5 de outubro, em São Paulo. De acordo com Lawrence Pih, um dos coordenadores do PNBE, "as bases empresariais manifestaram, através desse questionário, um maior desejo de participa-

ção". Eles defendem, ainda: livre mercado, privatização, uma política econômica voltada para o mercado interno, redução do déficit público e transparência nas ações do governo.

O resultado desse questionário já foi encaminhado a Bresser Pereira. No documento enviado ao ministro figura também a preocupação do PNBE com o possível aumento dos tributos. Segundo Pih, antes de pensar em aumentos dos impostos, o governo deve "arrumar a casa internamente". "O aumento de tributos vai prejudicar as médias, pequenas e microempresas e forçar um segmento maior a submergir na economia", justificou.

No documento enviado ao ministro Bresser Pereira, o PNBE pede ainda que o governo reestude as prioridades de investimento antes de aumentar a carga tributária. Dentro desse quadro "a construção da ferrovia Norte-Sul é um despropósito", avalia Pih. De acordo com o documento, o setor privado está disposto a retomar os investimentos, desde que o governo mostre seriedade na administração dos recursos públicos e readquirir sua credibilidade, comprometida com as contradições na administração pública.

BAHIA — Pela primeira vez nos últimos 23 anos, o Diário Oficial do Estado da Bahia homenageou um líder político perseguido pelo regime militar de 1964, dedicando uma página ao ex-deputado constituinte e fundador da Ação Libertadora Nacional, Carlos Marighella, pela passagem do 18º aniversário de sua morte, ocorrida a 4 de novembro de 1969, em São Paulo.

Além de uma pequena biografia de Marighella, o Diário Oficial publicou o poema "Liberdade", escrito por ele na prisão em 1939. Muitos políticos baianos, parentes e amigos homenagearam Marighella, segundo a Agência Globo.

ELEIÇÕES 88

Petebistas querem lançar Pazzianotto para prefeito

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O vice-presidente nacional do PTB, Roberto Gusmano — que ocupa interinamente a presidência do partido —, e o deputado federal Gastone Righi estão articulando o lançamento do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, como candidato do PTB à prefeitura de São Paulo nas eleições do próximo ano, segundo o líder da bancada do partido na Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz.

Para o líder, este é o motivo que levou Gusmano a vetar os nomes de Vicente Botta e Fernando Silveira, deputados estaduais, para compor a comissão executiva estadual do PTB, que é escolhida pela executiva nacional.

"Isto é um golpe tramado pelo Gusmano e pelo Gastone para ter a executiva de São Paulo nas mãos e lançar o Pazzianotto como candidato à prefeitura. Para isso, eles estão usando o presidente da executiva, Antônio Duarte Nogueira, como instrumento. A ban-

cada do PTB na Assembleia elegeu os deputados Botta e Silveira para a executiva em dezembro do ano passado. Vetá-los é uma ingerência", disse Munhoz.

Embora não se oponha à candidatura do ministro do Trabalho, "desde que ele se filie ao PTB", Munhoz critica os argumentos usados por Roberto Gusmano para vetar Botta e Silveira: "Uma hora dizem que eles são janistas, outra que são quercistas e que querem aliar-se ao PMDB, mas a bancada do PTB já recusou por unanimidade uma aliança com o governador Quércia. Quem está querendo lançar um nome do PMDB como candidato à prefeitura são eles".

Ontem à tarde, doze dos treze deputados da bancada do PTB na Assembleia assinaram um documento de apoio a Botta e Silveira.

Com esse impasse na direção da executiva paulista, o PTB está sem direção no estado e por tempo indefinido. No entanto, as bases do partido têm convenções marcadas para o próximo dia 29.

NPK + MICRONUTRIENTES AGORATEM NOME:

